

SERGIO PINTO MARTINS

DIREITO
PROCESSUAL
DO TRABALHO

45ª EDIÇÃO

2023

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva JUR

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flavia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Daniel Pavan Naveira

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Tiago Dela Rosa
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Ivani A. M. Cazarim
Capa Deborah Mattos

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD

ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

M386d Martins, Sergio Pinto

Direito Processual do Trabalho / Sergio Pinto
Martins. – 45. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.

1152 p.

ISBN: 978-65-5362-687-4

1. Direito. 2. Direito Processual do Trabalho. I.
Título.

2022-3422

CDD 342.68

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual do Trabalho 342.68
2. Direito Processual do Trabalho 347.9

Data de fechamento da edição: 9-11-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD OBRA 15865

CL 608099

CAE 818287

SUMÁRIO

Prefácio.....	XXXIII
Nota à 45ª edição.....	XXXV

Capítulo 1

Histórico.....	1
1.1 Fundamentos.....	1
1.2 Evolução.....	2
1.2.1 Nos demais países.....	2
1.2.1.1 França.....	2
1.2.1.2 Alemanha.....	6
1.2.1.3 Itália.....	7
1.2.1.4 México.....	9
1.2.1.5 Espanha.....	10
1.2.1.6 Grã-Bretanha.....	11
1.2.1.7 Estados Unidos.....	12
1.2.1.8 Argentina.....	13
1.2.1.9 Portugal.....	14
1.2.2 No Brasil.....	15

Capítulo 2

Conceito de Direito Processual do Trabalho	23
2.1 Denominação	23
2.2 Conceito	23

Capítulo 3

Autonomia do Direito Processual do Trabalho	26
3.1 Teoria monista	26
3.2 Teoria dualista	27
3.3 Características da autonomia de uma ciência	28
3.4 Desenvolvimento legal	28
3.5 Desenvolvimento doutrinário	29
3.6 Desenvolvimento didático	29
3.7 Autonomia jurisdicional	29
3.8 Autonomia científica	30

Capítulo 4

Posição Enciclopédica do Direito Processual do Trabalho	32
---	----

Capítulo 5

Relações do Direito Processual do Trabalho com os Demais Ramos do Direito	34
5.1 Direito constitucional	34
5.2 Direito do trabalho	34
5.3 Direito processual	35
5.4 Direito administrativo	35
5.5 Direito penal	35
5.6 Direito privado	35
5.7 Direito tributário	36

Capítulo 6

Fontes do Direito Processual do Trabalho	37
6.1 Fontes	37
6.2 Hierarquia	42

Capítulo 7

Aplicação das Normas do Direito Processual do Trabalho	43
7.1 Interpretação	43
7.2 Integração	45
7.3 Eficácia	46

7.3.1 Eficácia no tempo	46
7.3.2 Eficácia no espaço	47

Capítulo 8

Princípios do Direito Processual do Trabalho	48
--	----

8.1 Introdução	48
8.2 Princípios gerais	50
8.3 Princípios de direito processual do trabalho	53
8.3.1 Princípio da proteção	54
8.3.2 Outros princípios	55

Capítulo 9

Solução dos Conflitos Trabalhistas	61
--	----

9.1 Denominação	61
9.2 Classificação	62
9.3 Meios de solução dos conflitos trabalhistas	63
9.3.1 Autodefesa	63
9.3.2 Autocomposição	63
9.3.2.1 Comissão de conciliação prévia	65
9.3.2.1.1 Introdução	65
9.3.2.1.2 Classificação	65
9.3.2.1.3 Natureza jurídica	66
9.3.2.1.4 Constituição	66
9.3.2.1.5 Composição	66
9.3.2.1.6 Condição da ação	67
9.3.2.1.7 Procedimentos	69
9.3.2.1.8 Eficácia liberatória	71
9.3.2.1.9 Prazo prescricional	72
9.3.2.1.10 Conclusão	72
9.3.3 Heterocomposição	72
9.3.3.1 Mediação	73
9.3.3.2 Arbitragem	76
9.3.3.2.1 História	76
9.3.3.2.2 Denominação	77
9.3.3.2.3 Conceitos	77
9.3.3.2.4 Distinção	78
9.3.3.2.5 Natureza jurídica	79
9.3.3.2.6 Classificação	79
9.3.3.2.7 Espécies	80
9.3.3.2.8 Compromisso	81
9.3.3.2.9 Admissibilidade	81
9.3.3.2.10 Vantagens e desvantagens	85
9.3.3.2.11 Procedimentos	86
9.3.3.2.12 Direito internacional e estrangeiro	88

9.3.3.2.13 Dificuldades.....	90
9.3.3.3 Jurisdição	91

Capítulo 10

Organização da Justiça do Trabalho	92
10.1 Introdução.....	92
10.2 Varas do trabalho.....	94
10.2.1 Garantias do juiz.....	99
10.2.2 Formação técnica e jurídica do juiz	100
10.3 Tribunais Regionais do Trabalho.....	104
10.3.1 Regiões	105
10.3.2 Composição e funcionamento	106
10.4 Tribunal Superior do Trabalho	109
10.5 Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.....	113
10.5.1 Secretaria	113
10.5.2 Oficiais de justiça.....	113
10.5.3 Distribuidor.....	114
10.5.4 Contadoria.....	114

Capítulo 11

Competência da Justiça do Trabalho	116
11.1 História	116
11.2 Conceitos	118
11.3 Competência em razão das pessoas.....	120
11.3.1 Funcionários públicos	122
11.3.2 Entes de direito público externo	127
11.3.3 Servidores de cartórios extrajudiciais	133
11.3.4 Atleta profissional de futebol.....	134
11.4 Competência em razão da matéria.....	134
11.4.1 Relação de trabalho	135
11.4.2 Contratos de empreitada.....	143
11.4.3 Competência normativa	144
11.4.4 Contribuições previdenciárias	145
11.4.4.1 Histórico.....	145
11.4.4.2 Autoaplicabilidade	147
11.4.4.3 Execução.....	147
11.4.5 Representação sindical.....	149
11.4.6 Penalidades administrativas.....	151
11.4.7 Dano moral ou patrimonial	156
11.4.8 Mandado de segurança	159
11.4.9 Habeas corpus.....	160
11.4.10 Habeas data	161
11.4.11 Ações que envolvem o exercício do direito de greve.....	162
11.4.12 Complementação de aposentadoria	162

11.4.13 Outras ações	164
11.5 Incompetência da Justiça do Trabalho.....	166
11.6 Competência em razão do lugar.....	169
11.6.1 Local da prestação de serviços.....	169
11.6.2 Empregados viajantes.....	171
11.6.3 Empregados brasileiros laborando no estrangeiro.....	172
11.6.4 Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato.....	174
11.6.5 Prorrogação da competência em razão do lugar.....	175
11.7 Competência por distribuição.....	176
11.8 Foro de eleição.....	177
11.9 Competência em dissídios coletivos.....	177
11.10 Competência funcional	179
11.10.1 Juiz de direito	184
11.10.2 Ministério Público do Trabalho	184
11.10.3 Ministro Corregedor do TST	190
11.10.4 Corregedoria Regional.....	191
11.11 Conflitos de competência.....	191

Capítulo 12

Atos, Termos e Prazos Processuais.....	196
12.1 Atos.....	196
12.2 Termo	198
12.3 Prazos processuais	199
12.3.1 Contagem do prazo	201
12.3.2 Exceções à regra.....	203
12.3.3 Prazo para recurso	208
12.3.4 Principais prazos	208
12.4 Comunicação dos atos processuais	210
12.4.1 Formas.....	214
12.4.1.1 Citação dependente de ato do juiz	215
12.4.1.2 Comunicação processual por carta	215
12.4.1.3 Nulidade da citação.....	218
12.4.2 Demais notificações	218

Capítulo 13

Nulidades.....	219
13.1 Introdução.....	219
13.2 Conceito.....	219
13.3 Distinção	220
13.4 Sistemas de nulidades.....	220
13.5 Vícios.....	221
13.5.1 Inexistência.....	221
13.5.2 Nulidade absoluta	221
13.5.3 Nulidade relativa.....	222

13.5.4 Anulabilidade	222
13.5.5 Irregularidades	223
13.6 Princípios das nulidades	224
13.6.1 Princípio da legalidade	224
13.6.2 Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade	224
13.6.3 Princípio da economia processual	224
13.6.4 Princípio do aproveitamento da parte válida do ato	224
13.6.5 Princípio do interesse de agir	225
13.6.6 Princípio da causalidade	225
13.6.7 Princípio da lealdade processual	225
13.6.8 Princípio da repressão ao dolo processual	225
13.6.9 Princípio da conversão	226
13.6.10 Princípio da transcendência ou do prejuízo	226
13.6.11 Princípio da convalidação	226
13.7 Nulidades no processo do trabalho	226
13.7.1 Artigo 794 da CLT	227
13.7.2 Artigo 795 da CLT	227
13.7.3 § 1º do artigo 795 da CLT	228
13.7.4 § 2º do artigo 795 da CLT	228
13.7.5 Artigo 796, a, da CLT	229
13.7.6 Artigo 796, b, da CLT	229
13.7.7 Artigo 797 da CLT	229
13.7.8 Artigo 798 da CLT	230
13.8 Regras para o pronunciamento das nulidades	230
13.9 Preclusão	231
13.9.1 Diferenças	232
13.9.2 Classificação da preclusão	232
13.9.2.1 Preclusão temporal	232
13.9.2.2 Preclusão lógica	233
13.9.2.3 Preclusão consumativa	233
13.10 Perempção	233

Capítulo 14

Partes, Representação, Procuradores e Terceiros	235
14.1 Denominação	235
14.2 Capacidade	236
14.3 Representação	237
14.3.1 Espécies de representação	237
14.4 Assistência	238
14.5 Autorização	238
14.6 Partes e representação no processo do trabalho	238
14.7 <i>Ius postulandi</i>	242
14.7.1 Denominação	242
14.7.2 Conceito	242
14.7.3 Distinção	242

14.7.4 A permanência do <i>ius postulandi</i> no processo do trabalho	242
14.8 Mandato tácito.....	249
14.9 Assistência judiciária	250
14.10 Patrocínio profissional.....	253
14.11 Litigância de má-fé.....	253
14.11.1 O CPC	254
14.11.2 O processo do trabalho.....	259
14.12 Sucessão processual.....	267
14.13 Substituição processual.....	267
14.13.1 Conceito	267
14.13.2 Distinção.....	269
14.13.3 Inciso III do art. 8º da Constituição.....	270
14.13.4 Legislação ordinária.....	272
14.13.5 Características	276
14.13.6 Rol dos substituídos	278
14.13.7 Liquidação de sentença.....	280
14.13.8 Conclusão	280
14.14 Litisconsórcio.....	281
14.14.1 Cumulação objetiva.....	282
14.14.2 Cumulação subjetiva.....	282
14.14.3 Classificação do litisconsórcio.....	283
14.14.3.1 Litisconsórcio facultativo	283
14.14.3.2 Litisconsórcio necessário	284
14.14.3.3 Litisconsórcio unitário	284
14.14.4 Consequências e procedimentos	284
14.15 Intervenção de terceiros.....	285
14.15.1 Assistência	285
14.15.2 Oposição	287
14.15.2.1 Cabimento	287
14.15.3 Denúnciação da lide	288
14.15.3.1 Conceito.....	288
14.15.3.2 Natureza jurídica.....	289
14.15.3.3 Cabimento no processo do trabalho	289
14.15.3.4 <i>Factum principis</i>	294
14.15.3.5 Procedimento.....	294
14.15.4 Chamamento ao processo	295
14.15.5 Conclusões.....	297

Capítulo 15

Ação Trabalhista.....	298
15.1 Natureza jurídica da ação.....	299
15.2 Elementos da ação.....	300
15.3 Classificação das ações individuais.....	300
15.4 Classificação das ações coletivas.....	302
15.5 Condições da ação	303

15.6	Pressupostos da existência do processo	304
15.7	Pressupostos de validade do processo.....	305
15.8	Ação declaratória incidental.....	306
15.8.1	História	306
15.8.2	Direito comparado	306
15.8.3	Denominação.....	307
15.8.4	Conceito	307
15.8.5	Distinção.....	308
15.8.6	Natureza jurídica.....	308
15.8.7	Objeto	308
15.8.8	Hipóteses legais no CPC.....	309
15.8.9	Cabimento no processo civil.....	309
15.8.10	Cabimento no processo do trabalho.....	309
15.8.11	Legitimidade	311
15.8.12	Interesse de agir	312
15.8.13	Requisitos.....	312
15.8.14	Pressupostos	312
15.8.15	Momento	313
15.8.16	Suspensão do processo.....	313
15.8.17	Procedimentos	313
15.9	Petição inicial.....	314
15.9.1	Forma	314
15.9.2	Valor da causa	320
15.9.3	Outros requisitos.....	324
15.9.4	Documentos	325
15.9.5	Acumulação de ações.....	325
15.9.6	Indeferimento da petição inicial.....	327
15.9.7	Inépcia da inicial	331
15.9.8	Modificações à postulação inicial.....	332
15.9.9	Procedimento sumaríssimo	333
15.9.9.1	Introdução	333
15.9.9.2	Denominação	333
15.9.9.3	Causas envolvidas.....	335
15.9.9.4	Procedimentos.....	337
15.9.10	Procedimento das novas ações de competência da Justiça do Trabalho	342

Capítulo 16

	Distribuição.....	346
16.1	Conceito e finalidade.....	346
16.2	Distribuição por dependência	347
16.3	Procedimentos.....	349
16.4	Efeitos da distribuição	350

Capítulo 17

	Audiência	351
17.1	Etimologia e conceito.....	351

17.2 Distinção	351
17.3 Audiência una	351
17.4 Estática da audiência	353
17.5 Dinâmica da audiência	354
17.6 Procedimento sumaríssimo	363

Capítulo 18

Resposta do Réu	369
18.1 Exceções	370
18.1.1 Procedimento	371
18.1.2 Suspeição	372
18.1.3 Impedimento	374
18.1.3.1 Procedimentos comuns às exceções de impedimento e suspeição	376
18.1.4 Incompetência	377
18.1.5 Recurso	379
18.2 Contestação	379
18.2.1 Preliminares	382
18.2.1.1 Inexistência ou nulidade de citação	383
18.2.1.2 Incompetência absoluta e relativa	384
18.2.1.3 Incorreção do valor da causa	384
18.2.1.4 Inépcia da petição inicial	384
18.2.1.5 Perempção	385
18.2.1.6 Litispendência	385
18.2.1.7 Coisa julgada	386
18.2.1.8 Conexão e continência	386
18.2.1.9 Ausência de legitimidade ou de interesse processual	387
18.2.1.10 Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	388
18.2.1.11 Impugnação à justiça gratuita	389
18.2.1.12 Convenção de arbitragem	389
18.2.1.13 Falta de caução	389
18.2.1.14 Outra prestação que a lei exige como preliminar	389
18.2.1.15 Gratuidade de justiça	390
18.2.2 Preliminares de mérito	390
18.2.2.1 Prescrição	390
18.2.2.2 Decadência	396
18.2.2.3 Compensação	396
18.2.2.4 Retenção	397
18.2.3 Defesa de mérito	397
18.3 Reconvenção	400
18.3.1 Etimologia e conceito	400
18.3.2 Distinção	400
18.3.3 Natureza jurídica	400
18.3.4 Cabimento	400
18.3.5 Exemplos no processo do trabalho	401

18.3.6 Pressupostos	402
18.3.7 Revelia.....	404
18.3.8 Requisitos e procedimentos	404
18.3.9 Reconvenção e compensação	404
18.3.10 Reconvenção e processo de alçada	405
18.3.11 Litisconsórcio.....	405
18.3.12 Reconvenção e consignação em pagamento	405
18.3.13 Reconvenção e ação de cumprimento	406
18.3.14 Instrução processual	406
18.3.15 Sentença	406
18.3.16 Recurso	406
18.3.17 Reconvenção e execução	407
18.4 Suspensão do processo	407
18.5 Conciliação	410
18.6 Homologação	413



Das Provas	415
19.1 Princípios.....	416
19.2 Objetivo da prova.....	417
19.3 Ônus da prova	418
19.4 Meios de prova	427
19.4.1 Depoimento pessoal.....	427
19.4.1.1 Confissão.....	428
19.4.1.1.1 Conceito	428
19.4.1.1.2 Distinção	429
19.4.1.1.3 Classificação.....	429
19.4.1.1.4 Regras gerais	429
19.4.1.2 Procedimentos do depoimento pessoal	431
19.4.2 Documentos.....	436
19.4.2.1 Juntada	444
19.4.2.2 Exibição de documentos.....	445
19.4.2.3 Incidente de falsidade.....	447
19.4.2.4 Ata notarial.....	448
19.4.3 Testemunhas.....	448
19.4.3.1 Produção de prova testemunhal.....	451
19.4.3.2 Procedimento sumaríssimo	459
19.4.3.3 Interpretação dos depoimentos	460
19.4.4 Perícia	461
19.4.4.1 Introdução	461
19.4.4.2 Particularidades.....	462
19.4.4.3 Procedimentos.....	464
19.4.4.4 Procedimento sumaríssimo	470
19.4.5 Inspeção judicial.....	471
19.4.6 Produção antecipada de provas	472

19.4.7 Indícios e presunções	479
19.4.8 Usos e costumes	482
19.4.9 Prova emprestada	483

Capítulo 20

Alegações Finais.....	487
-----------------------	-----

Capítulo 21

Sentença	491
21.1 Definições	491
21.2 Natureza jurídica	493
21.3 Classificação das sentenças	493
21.4 Efeitos da sentença	495
21.5 Linguagem	496
21.6 Vinculação	496
21.7 Estrutura da sentença	499
21.7.1 Relatório	501
21.7.2 Fundamentação	502
21.7.3 Dispositivo	507
21.7.4 Ordem de processos para julgamento	510
21.8 Procedimento sumaríssimo	511
21.9 Condenação alternativa	514
21.10 Valor da condenação	514
21.11 Custas	515
21.11.1 Justiça gratuita	519
21.12 Honorários de advogado	522
21.13 Publicação da sentença	527
21.14 Erros	528
21.15 Questões já decididas	528
21.16 Julgamentos ultra e infra petita	528
21.17 Duplo grau de jurisdição	529
21.18 Coisa julgada	531
21.18.1 Não fazem coisa julgada	533
21.18.2 Limites da coisa julgada	534
21.18.2.1 Objetivos	534
21.18.2.2 Subjetivos	534
21.18.3 Coisa julgada e declaratória incidente	534
21.18.4 Coisa julgada criminal e processo do trabalho	536
21.18.5 Coisa julgada no cível e processo do trabalho	538

Capítulo 22

Recursos	539
22.1 Conceito	539

22.2 Fundamentos.....	539
22.3 Duplo grau de jurisdição	541
22.4 Princípios dos recursos	542
22.4.1 Vigência imediata da lei nova.....	542
22.4.2 Unirrecorribilidade.....	543
22.4.3 Fungibilidade	543
22.4.4 Variabilidade.....	544
22.4.5 Legalidade.....	544
22.5 Peculiaridades do processo do trabalho	544
22.5.1 Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	544
22.5.2 Inexigibilidade de fundamentação.....	545
22.5.3 Instância única	545
22.5.4 Efeito devolutivo	547
22.5.5 Uniformidade de prazos para recurso	547
22.6 Juízo de admissibilidade	547
22.7 Efeitos dos recursos.....	548
22.8 Regras gerais.....	549
22.9 Pressupostos dos recursos	550
22.9.1 Objetivos	551
22.9.1.1 Previsão legal.....	551
22.9.1.2 Adequação ou cabimento.....	551
22.9.1.3 Tempestividade.....	551
22.9.1.4 Preparo	552
22.9.1.5 Representação	564
22.9.2 Subjetivos.....	566
22.9.2.1 Legitimidade.....	567
22.9.2.2 Capacidade	568
22.9.2.3 Interesse.....	568
22.10 Recurso ordinário	570
22.10.1 Forma de interposição	571
22.10.2 Efeito.....	572
22.10.3 Devolutibilidade	572
22.10.4 Pressupostos	578
22.10.5 Processamento	579
22.10.6 Outras questões	582
22.10.7 Procedimento sumaríssimo.....	584
22.10.8 Sustentação oral nos tribunais	586
22.10.9 Incidente de uniformização de jurisprudência	588
22.10.10 Incidente de resolução de demandas repetitivas	589
22.11 Recurso de revista.....	592
22.11.1 Introdução	592
22.11.2 Admissibilidade	594
22.11.3 Efeito.....	598
22.11.4 Alínea a	599
22.11.5 Alínea b.....	603
22.11.6 Alínea c	605
22.11.7 Petição	607

22.11.8 Preparo.....	610
22.11.9 Processamento	610
22.11.10 Procedimento sumaríssimo.....	611
22.11.11 Recursos repetitivos	612
22.12 Embargos no TST	619
22.12.1 Denominação	619
22.12.2 Embargos para a Vara	619
22.12.3 Embargos nos tribunais regionais	620
22.12.4 Embargos no TST	620
22.12.5 Competência do Pleno do TST	621
22.12.6 Cabimento	621
22.12.6.1 Embargos infringentes	622
22.12.6.2 Embargos de divergência.....	622
22.12.6.3 Embargos de nulidade	626
22.12.7 Procedimentos	627
22.12.8 Depósito.....	627
22.12.9 Processamento	628
22.13 Agravo de petição.....	629
22.13.1 Histórico	629
22.13.2 Denominação	630
22.13.3 Conceito	630
22.13.4 Distinção.....	630
22.13.5 Cabimento	630
22.13.6 Depósito.....	633
22.13.7 Custas	634
22.13.8 Prazo	634
22.13.9 Condições de admissibilidade.....	634
22.13.10 Efeito.....	636
22.13.11 Objetivo	636
22.13.12 Processamento	637
22.13.13 Procedimento.....	637
22.14 Agravo de instrumento.....	638
22.14.1 História	638
22.14.2 Conceito	639
22.14.3 Distinção.....	639
22.14.4 Cabimento	640
22.14.5 Não cabimento	640
22.14.6 Prazo	641
22.14.7 Procedimento.....	642
22.14.8 Preparo.....	645
22.14.9 Efeito.....	646
22.14.10 Processamento	647
22.14.11 Agravo retido.....	651
22.15 Agravo regimental	651
22.16 Recurso extraordinário	656
22.17 Recurso adesivo.....	661
22.17.1 Introdução	661

22.17.2	Pressupostos de admissibilidade.....	661
22.17.3	Cabimento	662
22.17.4	Processamento	663
22.17.5	Procedimento.....	664
22.18	Correição parcial	664
22.18.1	Histórico	664
22.18.2	Denominação	665
22.18.3	Conceito	665
22.18.4	Natureza jurídica	665
22.18.5	Requisitos.....	666
22.18.6	Competência.....	667
22.18.7	Cabimento	667
22.18.8	Prazo	668
22.18.9	Procedimento.....	668
22.19	Embargos de declaração.....	669
22.19.1	Histórico	669
22.19.2	Denominação	670
22.19.3	Natureza jurídica	670
22.19.4	Cabimento no processo do trabalho.....	671
22.19.5	Cabimento	671
22.19.6	Hipóteses	672
22.19.7	Efeito modificativo.....	675
22.19.8	Depósito e custas	677
22.19.9	Prazo	677
22.19.10	Efeitos sobre os prazos recursais.....	678
22.19.11	Embargos protelatórios	679
22.19.12	Prequestionamento no processo do trabalho	683
22.19.13	Processamento	684

Capítulo 23

	Procedimentos Especiais.....	687
23.1	Introdução.....	687
23.2	Inquérito para apuração de falta grave.....	687
23.2.1	Histórico	688
23.2.2	Aplicação	688
23.2.3	Características.....	691
23.2.4	Procedimentos	691
23.2.5	Prazo.....	691
23.2.6	Audiência.....	692
23.2.7	Efeitos da sentença.....	693
23.2.7.1	Acolhimento da pretensão.....	693
23.2.7.2	Rejeição da pretensão	693
23.2.7.3	Conversão da reintegração em indenização.....	694
23.3	Ação rescisória	694
23.3.1	Conceito	694

23.3.2 Fundamentos.....	695
23.3.3 Natureza jurídica.....	695
23.3.4 Cabimento no processo do trabalho.....	695
23.3.5 Requisitos.....	697
23.3.6 Competência.....	698
23.3.7 Legitimidade.....	699
23.3.8 Ação rescisória e sentença homologatória.....	699
23.3.9 Hipóteses.....	700
23.3.10 Processamento.....	709
23.3.11 Petição inicial.....	709
23.3.12 Prazo.....	710
23.3.13 Procedimento.....	712
23.4 Mandado de segurança.....	715
23.4.1 Histórico.....	715
23.4.2 Conceito.....	717
23.4.3 Natureza jurídica.....	717
23.4.4 Cabimento no processo do trabalho.....	717
23.4.5 Objetivo.....	717
23.4.6 Direito líquido e certo.....	718
23.4.7 Abuso de poder.....	718
23.4.8 Autoridade coatora.....	718
23.4.9 Competência.....	719
23.4.10 Hipóteses de cabimento.....	720
23.4.11 Não cabimento.....	720
23.4.12 Petição inicial.....	721
23.4.13 Liminar.....	723
23.4.14 Indeferimento.....	724
23.4.15 Provas.....	725
23.4.16 Litisconsórcio.....	725
23.4.17 Prazo para ajuizamento.....	726
23.4.18 Processamento.....	726
23.4.19 Recurso.....	729
23.5 Ação de consignação em pagamento.....	730
23.5.1 Histórico.....	730
23.5.2 Conceito.....	730
23.5.3 Natureza jurídica.....	730
23.5.4 Pressupostos.....	731
23.5.5 Cabimento no processo do trabalho.....	731
23.5.6 Hipóteses.....	731
23.5.7 Consignação extrajudicial.....	733
23.5.8 Competência.....	734
23.5.9 Petição inicial.....	734
23.5.10 Contestação.....	735
23.5.11 Reconvenção.....	737
23.5.12 Sentença.....	738
23.6 Ação de exigir contas.....	739
23.7 Ação cominatória.....	741

23.8 Ações possessórias.....	742
23.8.1 Cabimento	742
23.8.2 Pressupostos	743
23.8.3 Competência.....	743
23.8.4 Procedimentos	744
23.8.4.1 Bens móveis.....	744
23.8.4.2 Bens imóveis.....	745
23.9 Habilitação incidente.....	746
23.10 Restauração de autos.....	747
23.11 Ação revisional	749
23.12 Habeas corpus.....	752
23.13 Ações relativas às prestações de fazer ou não fazer.....	755
23.13.1 Histórico	755
23.13.2 Denominação	756
23.13.3 Conceito	756
23.13.4 Distinção.....	757
23.13.5 Natureza jurídica	758
23.13.6 Classificação	759
23.13.7 Aplicabilidade.....	759
23.13.8 Cabimento no processo do trabalho.....	759
23.13.9 Necessidade de provocação	762
23.13.10 Petição inicial	762
23.13.11 Concessão	763
23.13.12 Liminar	764
23.13.13 Motivação	765
23.13.14 Justificação prévia.....	766
23.13.15 Reconvensão.....	766
23.13.16 Modificação ou revogação	766
23.13.17 Perdas e danos.....	767
23.13.18 Multa	767
23.13.19 Poder público	770
23.13.20 Medidas de apoio	771
23.13.21 Sentença	772
23.13.22 Recurso	772
23.13.23 Execução	773
23.14 Prestação de entrega de coisa	774
23.15 Ação monitória.....	774
23.15.1 Histórico	774
23.15.2 Direito comparado.....	775
23.15.3 Etimologia.....	775
23.15.4 Natureza jurídica da ação monitória	775
23.15.5 Finalidade	776
23.15.6 Classificação	776
23.15.7 Cabimento no processo do trabalho.....	776
23.15.8 Exemplos no processo do trabalho	777
23.15.9 Cabimento	778
23.15.10 Fazenda Pública	778

23.15.11 Prova escrita	779
23.15.12 Competência.....	780
23.15.13 Procedimentos	780
23.15.14 Embargos monitórios	782
23.15.15 Sentença	783
23.15.16 Embargos à execução	784
23.15.17 Conclusão	785
23.16 Ação civil pública e ação civil coletiva	785
23.17 Anulação de cláusulas convencionais.....	792
23.17.1 Competência.....	792
23.17.2 Legitimidade	794
23.17.3 Cláusulas.....	794
23.18 Habeas data	796
23.19 Mandado de injunção	797
23.20 Execução fiscal trabalhista	797
23.21 Reclamação	800

Capítulo 24

Tutela Provisória.....	803
24.1 Introdução.....	803
24.2 Conceitos	803
24.3 Classificação.....	804
24.4 Distinção	804
24.5 Tutela de urgência	806
24.5.1 Histórico	806
24.5.2 Conceito	807
24.5.3 Natureza jurídica.....	807
24.5.4 Necessidade de provocação.....	809
24.5.5 Concessão	810
24.5.6 Requisitos	810
24.5.7 Competência.....	815
24.5.8 Cabimento	816
24.5.9 Momento.....	818
24.5.10 Motivação	820
24.5.11 Recurso	824
24.5.12 Execução.....	825
24.6 Tutela específica e ação rescisória.....	826
24.7 Tutela cautelar.....	827
24.7.1 Introdução.....	827
24.7.2 Histórico	828
24.7.3 Conceito	829
24.7.4 Distinção.....	829
24.7.5 Natureza jurídica.....	830
24.7.6 Classificação	831
24.7.7 Cautelar satisfativa.....	832

24.7.8 Autonomia.....	835
24.7.9 Condições da ação	835
24.7.10 Pressupostos da tutela cautelar	836
24.7.10.1 <i>Fumus boni iuris</i>	836
24.7.10.2 <i>Periculum in mora</i>	836
24.7.11 Poder geral de cautela.....	837
24.7.11.1 Limites do poder geral de cautela.....	838
24.7.12 Tutelas cautelares inominadas ou inespecíficas	839
24.7.13 Competência.....	840
24.7.13.1 Competência em caso de recurso.....	841
24.7.14 Peculiaridades da tutela cautelar	842
24.7.14.1 Preventividade.....	842
24.7.14.2 Provisoriedade	842
24.7.14.3 Acessoriedade.....	843
24.7.14.4 Instrumentalidade	843
24.7.14.5 Sumariedade.....	844
24.7.14.6 Fungibilidade.....	844
24.7.15 Liminar.....	845
24.7.16 Revogabilidade.....	847
24.7.17 Transferência de empregados.....	848
24.8 Procedimento	849
24.8.1 Petição inicial	849
24.8.2 Exceção	852
24.8.3 Contestação	853
24.9 Eficácia da tutela cautelar e sua cessação.....	855
24.9.1 Eficácia da medida cautelar	855
24.9.2 Cessação da eficácia da medida cautelar	857
24.10 Sentença	858
24.11 Coisa julgada.....	859
24.12 Recurso	860
24.13 Execução da tutela cautelar	862
24.14 Responsabilidade do requerente	863
24.15 Tutelas cautelares específicas.....	864
24.15.1 Arresto.....	864
24.15.2 Sequestro	875
24.15.3 Atentado.....	881
24.15.4 Caução	890
24.15.5 Busca e apreensão	893
24.15.6 Tutela cautelar nos tribunais	895
24.15.7 Mandado de segurança contra indeferimento liminar de cautelar	898
24.16 Tutela da evidência	898
Capítulo 25	
Jurisdição Voluntária	904
25.1 Regras gerais.....	904

25.2 Notificações e interpelações	905
25.3 Alienação judicial	908
25.4 Processo para homologação de acordo extrajudicial.....	909



Dissídios Coletivos.....	911
--------------------------	-----

26.1 Introdução.....	911
26.2 Conceito.....	912
26.3 Distinção	912
26.4 Características.....	913
26.5 Classificação.....	913
26.6 Competência	914
26.7 Limites do poder normativo	915
26.8 Eficácia normativa da sentença nos dissídios coletivos.....	919
26.9 Natureza jurídica da sentença normativa	919
26.10 Negociação ou arbitragem	920
26.11 Condição da ação	921
26.12 Quorum da assembleia sindical	922
26.13 Prazo para instauração.....	923
26.14 Instauração de ofício.....	923
26.15 Legitimidade ativa	926
26.16 Partes.....	933
26.17 Procedimentos	933
26.18 Contestação	937
26.19 Reconvenção.....	937
26.20 Instrução.....	938
26.21 Sentença	940
26.22 Efeitos da sentença.....	944
26.23 Início da vigência.....	944
26.24 Prazo de vigência	944
26.25 Efeito suspensivo do recurso ordinário	945
26.26 Extensão da sentença normativa	946
26.27 Revisão.....	948
26.27.1 Iniciativa.....	949
26.27.2 Competência.....	950
26.27.3 Procedimento.....	950
26.27.4 Vigência	950
26.28 Dissídio coletivo de interpretação ou de natureza jurídica.....	950
26.29 Dissídio coletivo de funcionário público	951
26.30 Ação de cumprimento	953
26.30.1 Natureza jurídica	954
26.30.2 Competência.....	954
26.30.3 Exigências legais	955
26.30.4 Matéria da ação de cumprimento.....	955
26.30.5 Trânsito em julgado	955

26.30.6 Legitimação ativa e passiva	956
26.30.7 Audiência	956
26.30.8 Defesa	957
26.30.9 Instrução	958

Capítulo 27

Liquidação de Sentença.....	959
27.1 Introdução.....	959
27.2 Denominação.....	959
27.3 Natureza jurídica.....	960
27.4 Classificação.....	960
27.5 Carta de sentença	960
27.6 Condenação alternativa.....	961
27.7 Regras gerais.....	961
27.8 Legitimação.....	963
27.9 Formas.....	963
27.9.1 Arbitramento	964
27.9.2 Artigos	964
27.9.3 Cálculos	966
27.9.4 Sentença de liquidação	972

Capítulo 28

Execução	974
28.1 Introdução.....	974
28.2 Lei de Execução Fiscal	979
28.3 Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	980
28.4 Formas de execução	982
28.5 Execução provisória	983
28.5.1 Execução provisória de obrigação de fazer.....	986
28.6 Legitimidade ativa.....	988
28.7 Legitimidade passiva	990
28.7.1 Desconsideração da personalidade jurídica	996
28.8 Objeto	1005
28.9 Desistência da execução.....	1006
28.10 Execução contra devedor insolvente	1006
28.11 Execução para entrega de coisa	1007
28.12 Execução de obrigação de fazer e não fazer	1008
28.13 Execução por prestações sucessivas.....	1009
28.14 Execução por quantia certa contra devedor solvente	1010
28.14.1 Citação.....	1010
28.14.2 Depósito da condenação e nomeação de bens	1017
28.14.3 Penhora.....	1020
28.14.3.1 Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	1026
28.14.3.2 Penhora em direito de crédito.....	1031

28.14.3.3 Penhora de estabelecimento	1033
28.14.3.4 Segunda penhora	1033
28.14.3.5 Pré-executividade.....	1034
28.14.3.6 Outras disposições.....	1035
28.15 Execução contra a fazenda pública	1036
28.16 Execução contra a massa falida	1048
28.17 Execução da contribuição previdenciária	1053
28.18 Concurso de credores.....	1059
28.18.1 Concentração de execuções.....	1059
28.19 Embargos à execução	1067
28.19.1 Matéria alegável.....	1068
28.19.1.1 Prescrição intercorrente.....	1069
28.19.2 Procedimentos	1071
28.20 Impugnação à sentença.....	1075
28.21 Embargos de terceiro.....	1076
28.22 Alienação de bens.....	1080
28.22.1 Praça e leilão.....	1080
28.22.2 Arrematação	1084
28.22.2.1 Etimologia	1084
28.22.2.2 Conceito.....	1084
28.22.2.3 Distinção.....	1084
28.22.2.4 Natureza jurídica.....	1084
28.22.2.5 Procedimentos no processo do trabalho	1086
28.22.2.6 Competência.....	1090
28.22.3 Adjudicação.....	1090
28.22.4 Remição	1091
28.22.5 Embargos à arrematação e à adjudicação	1092
28.23 Suspensão e extinção da execução	1093
28.24 Custas na execução.....	1094
28.25 Emolumentos	1096
Bibliografia.....	1101
Índice remissivo	1109